

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

CLARISSA VALENÇA DA SILVA
MARIA GABRIELLA QUIRINO DA SILVA
TACYANE OLIVEIRA DE ANDRADE CRUZ

**O PAPEL DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA
GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS EMPRESAS: UMA
REVISÃO**

RECIFE
2024

CLARISSA VALENÇA DA SILVA
MARIA GABRIELLA QUIRINO DA SILVA
TACYANE OLIVEIRA DE ANDRADE CRUZ

O PAPEL DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS EMPRESAS: UMA REVISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário
Brasileiro - UNIBRA, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel(a) em
Ciências Contábeis.

Professor Orientador: Dr. Jadson Freire Silva

RECIFE

2024

Ficha catalográfica elaborada pela
bibliotecária: Laís Cardoso, CRB-4/PE-1753/P.

S586p Silva, Clarissa Valença da.
O papel da contabilidade ambiental na gestão sustentável das
empresas: uma revisão / Clarissa Valença da Silva, Maria Gabriella
Quirino da Silva, Tacyane Oliveira de Andrade Cruz. - Recife: Edição
do Autor, 2024.

38 p. : il. color.

Orientador(a): Dr. Jadson Freire Silva.

Trabalho de conclusão de curso - Centro Universitário Brasileiro –
Unibra. Bacharelado em Ciências Contábeis, 2024.

Inclui bibliografia.

1. Meio ambiente. 2. Responsabilidade social. 3. Sustentabilidade
e contabilidade ambiental. I. Silva, Maria Gabriella Quirino da. II. Cruz,
Tacyane Oliveira de Andrade. III. Centro Universitário Brasileiro -
UNIBRA. IV. Título.

CDU: 657

CLARISSA VALENÇA DA SILVA
MARIA GABRIELLA QUIRINO DA SILVA
TACYANE OLIVEIRA DE ANDRADE CRUZ

O PAPEL DA CONTABILIDADE AMBIENTAL NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DAS EMPRESAS: UMA REVISÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Centro Universitário Brasileiro
- UNIBRA, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel(a) em Ciências
Contábeis.

Dr. Jadson Freire da Silva (Orientador)
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Dr. Bruno Melo Moura (Orientador)
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Mr. Rodrigo Maia Pimentel
Centro Universitário Brasileiro (UNIBRA)

Recife, ____ de _____ de 2024.

NOTA: _____

AGRADECIMENTO

Dedicamos este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em nossas vidas, autor dos nossos destinos e nosso guia, aos nossos familiares e amigos que apesar de todas as dificuldades nos fortaleceram e foi de grande importância nesse processo, ao Curso de Ciências Contábeis e às pessoas com quem convivemos nesses espaços ao longo desses anos.

A experiência de uma produção compartilhada na comunhão com amigas nessa etapa foram a melhor experiência das nossas vidas na nossa formação acadêmica, saber compreender, ouvir uma à outra, a parceria e cumplicidade adquiridos juntas que enriqueceu nosso trabalho de conclusão de curso.

Agradecemos em especial aos nossos orientadores desse trabalho de conclusão de curso e a todos os professores que nos acompanharam ao longo dos semestres e que, com empenho, sabedoria, se dedicaram à arte de ensinar. Gratidão à Universidade Unibra, que nos fez entender que “grupo de estudo” é um conceito muito flexível e desafiador, mas de grande aprendizado e amadurecimento em vários hábitos profissionais, pessoais e acadêmico.

RESUMO

É evidente que nos últimos anos o meio ambiente vem sendo bastante discutido, pois criou-se grandes preocupações por parte das empresas em relação a sustentabilidade. Sendo assim, a pesquisa tem como foco incentivar o entendimento sobre as responsabilidades ambientais e os custos financeiros abrangidos, com a intenção de apoiar o desenvolvimento de uma empresa sustentável e de longo prazo, destacando também a importância da contabilidade ambiental no mundo dos negócios. O atual estudo considera-se bibliográfico, com abordagem qualitativa - descritiva, onde foram citados diversos autores que ajudaram a desenvolver tais definições. Os resultados da pesquisa foram todos atendidos, onde foi mostrado a relação da contabilidade com as empresas e sua importância.

Palavras chaves: Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Contabilidade Ambiental.

ABSTRACT

It is evident that in recent years the environment has been widely discussed, as there has been growing concern among companies regarding sustainability. Thus, the research focuses on encouraging understanding of environmental responsibilities and the financial costs involved, with the aim of supporting the development of a sustainable, long-term business, also highlighting the importance of environmental accounting in the business world. The current study is considered bibliographic, with a qualitative-descriptive approach, where several authors who contributed to the development of such definitions were cited. The research results were fully achieved, showing the relationship between accounting and companies and its importance.

Keywords: Environment, Social Responsibility, Sustainability, and Environmental Accounting.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2.REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Responsabilidade Social Corporativa	10
2.2. Vantagens e Incentivos nos Investimentos Ambientais	11
2.3. Importância da Contabilidade Ambiental para o crescimento e desenvolvimento das empresas	13
3. METODOLOGIA	16
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	18
5. CONCLUSÃO	40
6. REFERÊNCIAS.....	41

1. INTRODUÇÃO

O mundo corporativo se baseia seguindo de um método de atuação e que as responsabilidades com o meio ambiente são consideradas como pivô de competitividade entre empresas em qualquer área do mercado (Tavares; Guedes, 2023). Com isso, as empresas têm se preocupado cada vez mais em como devem agir diante ao meio ambiente. O seu comportamento em como se importa com a questão ambiental vem sendo um dos assuntos mais existentes no ramo empresarial. Ressaltando que o meio ambiente se desenvolveu como um assunto de grande urgência nos últimos anos, onde teve origem na década de 70 com o aquecimento global (Costa et al., 2021)

É indispensável frisar a importância da responsabilidade social das empresas com o meio ambiente, sendo ela considerada um pontapé para que a organização adquira a sustentabilidade em seus acordos (Mazzer, 2015; Anzilago; Flach; Lunkes, 2020). A Responsabilidade Social Corporativa (RSC) é um assunto que vem crescendo cada vez mais, baseado no interesse daqueles que buscam informações. Pois, as empresas necessitam ser transparentes no momento da divulgação em relação aos seus negócios. Um momento que, além de soluções positivas, acredita-se que as entidades expressem suas preocupações com os cidadãos e os demais interessados (Kim e Kim, 2010; Soschinski; Brandt; Klann, 2019).

A atuação em responsabilidade socioambiental pode influenciar diversos aspectos, como a vantagem competitiva, a imagem da empresa, a percepção dos investidores, a capacidade de atrair e manter talentos, assim como a relação com outras empresas, governo, fornecedores, clientes e a sociedade em geral (Yacob&Khor, 2019). Por isso, os benefícios são relevantes para as organizações, especialmente para aquelas que se enquadram na categoria de pequenas e médias empresas.

Estudos indicam que a inclusão de medidas ambientais e sociais na estratégia de uma organização se torna crucial para responder adequadamente aos desafios propostos pelos stakeholders (Yacob&Khor, 2019). De acordo com Sanches (2000), a implementação dessas práticas socioambientais não apenas demonstra o compromisso da empresa em buscar soluções para questões

socioambientais, mas também busca promover maior envolvimento de todos os membros da organização. Essa dedicação à gestão socioambiental facilita a simplificação dos processos administrativos, resultando em melhorias no desempenho, além de trazer vantagens e incentivos econômicos, de imagem e competitividade (Kraemer, 2008; Aghelie, 2017; Paiva & Giesta, 2019; Bakos et al., 2019). Tais vantagens podem incluir a redução de custos, reciclagem, comercialização e utilização de resíduos, além da diminuição de emissões e a redução de penalizações e multas.

Implementa-se também o conceito da contabilidade ambiental, onde através dela é possível avaliar os impactos acontecidos ao meio ambiente e tem por finalidade oferecer aos interessados informações sobre o que pode vir causar nos seus bens no que diz respeito às questões ambientais (Costa, 2012; Ferreira; Gonzales, 2015; Moreira et al., 2020). Com a expansão dos negócios e a propagação de exigências em relação a um estudo ambiental nas instituições escolares, se fez com que as organizações sustentáveis priorizassem a proteção com o meio ambiente nas atividades realizadas (Kraemer, 2001; Schnell, 2019).

Com base nas definições mencionadas, o objetivo desta pesquisa é promover a responsabilidade ambiental das organizações, utilizando a contabilidade ambiental como ponto de partida e buscando fomentar a compreensão dos custos financeiros associados a essa prática, evidenciando suas vantagens e incentivos, com o intuito de contribuir para o desenvolvimento de empresas sustentáveis e eficientes.

2.REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, iremos abordar o referencial teórico que fundamenta o atual estudo. No primeiro subcapítulo é discutido o tema de responsabilidade social corporativa. No segundo, será abordado as vantagens e incentivos nos investimentos ambientais. No terceiro e último, trataremos sobre a importância da contabilidade ambiental para o crescimento e desenvolvimento das empresas.

2.1 Responsabilidade Social Corporativa

A responsabilidade Social Corporativa (RSC), é uma das preocupações nas empresas que mais crescem, pois passaram a ser consideradas não só pelo seu processo financeiro, mas também pelo processo social (Koprowski, 2021). Ela vem sendo reconhecida como ética empresarial, e sendo adquirida por qualquer entidade. Tem como obrigação juntar as organizações com o público em que se relaciona (Neves; Benedicto, 2022) e é vista como uma estratégia empresarial, pois é considerado um exemplo de gestão importante que os responsáveis pelas tomadas de decisões na empresa procuram para a conquista de vantagem competitiva (Prudêncio et al., 2021).

O compromisso da responsabilidade social é conceder vantagens a sociedade em sua dimensão social, política e econômica na procura da melhora do bem-estar global (Silva et al., 2022). Destaca-se a importância da ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, publicada em 01 de novembro de 2010. De acordo com sua definição, são empresas socialmente responsáveis àquelas que aderem uma visão ampla sobre os demais aspectos que as constituem (Chiusoli et al., 2024).

É um ponto forte da ISO 26000 fazer como exemplo as normas de qualidade em respeito e gestão ao cliente, guiando-se a partir dos acordos da Organização Mundial de Comércio (OMC) (Nascimento, 2020). Esta norma tem suas próprias características além de seus próprios princípios, ela ajuda na tomada de decisões a favor do desenvolvimento sustentável e apresenta orientações aplicáveis a qualquer empresa, tanto para aquelas que estão

seguindo a gestão de métodos da responsabilidade social quanto as que já estão no ramo com essa realidade (Santos et al., 2022).

A responsabilidade social pode ser considerada a partir da dedicação constante das empresas em conquistar um comportamento moral (Júnior; Meneses; Chiusoli, 2024), o foco de responsabilidade social está na entidade e condiz ao seu propósito com a sociedade e o meio ambiente (Chiusoli, 2024). A RSC é uma comunicação e uma interpretação bastante reconhecida pelos países e vem sendo cada vez mais importante na medida em que as demais partes interessadas acreditam que as empresas façam mais pelo meio ambientes do que apenas ter lucro com os seus negócios (Matias; Farago, 2021).

A ligação empresarial com a responsabilidade social visa inserir mais valor as empresas, repassando uma visão positiva à sociedade no momento em que a evolução de suas atividades sociais, de maneira adequada, cresce no mercado e na área do qual faz parte (Schmidt; Cargnin; Guimarães, 2011; Kasper, 2023). Contudo, a organização socialmente responsável é aquela disposta a escutar diversas partes diferentes, conseguindo inserir estes diversos interesses em sua programação, visando concentrar-se em todas as partes interessadas e não apenas nos sócios (Kasper, 2023).

A sociedade vem se espelhando cada vez mais em relação ao meio ambiente, por contribuir para uma melhor qualidade de vida. De acordo com tais preocupações, os compradores preferem acatar das empresas comportamentos corretos em relação ao meio ambiente (Tonolli; Rover; Ferreira, 2017). Portanto, o incentivo nos investimentos ambientais, é essencial, pois, para cada alteração na empresa, existem custos para cada alocação de atividades. É importante investigar sua possibilidade de retorno positivo para a empresa, pois alguns investimentos podem não ter uma resposta positiva (Silva; Bortoluzzi; Bertolini, 2017).

2.2. Vantagens e Incentivos nos Investimentos Ambientais

Outrora existia uma preocupação com o meio ambiente e as suas práticas sustentáveis, porém eram negligenciadas, pois visavam à alta capacidade produtiva e dos lucros, na década de 60 e 70 começaram as discussões sobre preservação ambiental, onde as pessoas começaram a adquirir mais

conhecimento sobre as consequências colaterais causadas pelas explorações em escala industrial (Oliveira et al., 2018). O crescimento sustentável nas organizações traz benefícios como a melhoria da reputação da empresa no mercado, a expansão atraindo mais consumidores, além dos ganhos provenientes da prevenção de questões ambientais, sociais e econômicas, que resultam em aumento dos lucros e maior vantagem competitiva (Bassi et al., 2020).

O ESG (Ambiental, Social e Governança) serve como um parâmetro de análise para a sustentabilidade, funcionando como um indicador relevante de desempenho, com a governança exercendo um papel moderador. Esse índice fornece uma avaliação geral que reflete uma visão equilibrada da atuação de uma organização nas dimensões ambiental, social, de governança e de performance econômica ao longo do tempo (Nuber et al., 2019). Os relatórios ambientais corporativos (CER) passaram a ser uma prioridade essencial para o desempenho das empresas em nível global (Garcia et al., 2019). Consequentemente, um número crescente de partes interessadas, como investidores, consumidores, governos e clientes corporativos, demonstrou um grande interesse nas práticas ESG que englobam as práticas de CER (Bualy, 2019).

"Com a introdução da ISO 14001, surgiu uma certificação que se relaciona às normas ambientais e aos fundamentos que uma empresa deve adotar para implementar um Sistema de Gestão Ambiental (SGA)." Sendo como uma das implementações que uma empresa pode obter benefícios usando a ISO14001:2015, no ponto de vista ambiental, as vantagens de obter uma certificação dessa na empresa proporciona uma produção mais limpa, com fabricação de produtos menos agressivos ao meio ambiente. Apontando outro fator importante mencionar a eliminação e/ou minimização dos impactos ambientais relacionados aos processos de produção. (Pimentel; Oliveira, 2020).

Doravante, com a implementação da SGA nas organizações, possibilita a melhora da imagem da instituição, impedindo os desperdícios com a redução dos recursos naturais, resultado em economia de energia, água e matéria-prima, disseminam os princípios da sustentabilidade para com seus colaboradores, tornando-os mais conscientes. Este sistema não só garante a escolha dos provedores, como a monitora, evitando possíveis infrações ambientais,

resultando assim o cumprimento da legislação e evitando sanções de qualquer natureza (Chaves, 2019).

Nesse toar, Alberton e Saath (2021) alicerça-se que a análise dos benefícios fiscais aponta um impacto significativo positivo na promoção da sustentabilidade econômica, ao mesmo tempo seu efeito na sustentabilidade social é moderado e na sustentabilidade ambiental é limitado. De acordo com Bezerra (2011), no Brasil é evidente o crescente emprego da legislação tributária tendo em vista aspectos ambientais, como evidenciados pelo ICMS Ecológico e pela redução de impostos sobre veículos que utilizam combustíveis mais limpos, como etanol, gás natural veicular ou eletricidade.

Todavia, para que seja algo considerado sustentável, devem conter-se três pilares: economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente adequado. À vista disso, a contabilidade pode auxiliar na análise econômica e financeira. Ademais, a contabilidade, quando integrada com outros âmbitos da empresa, e associada a sistemas de gestão passaram a considerar as questões ambientais, ecológicas e sociais, dando progresso à Contabilidade Ambiental (Tinoco; Kraemer; Raemer, 2011; Vellani, 2011).

2.3. Importância da Contabilidade Ambiental para o crescimento e desenvolvimento das empresas

A contabilidade se deu início junto com a história, cujo sua finalidade é de ajudar as empresas nas tomadas de decisões. Com o passar do tempo, enquanto a humanidade evoluiu buscando novos conhecimentos, a contabilidade se molda para acompanhar essa evolução, sofrendo assim, mudanças no sentido cultural, econômico, político, social e científico (Agostini; Carvalho, 2011). Em 1970 a contabilidade ambiental foi criada com o propósito de reduzir a degradação do meio ambiente, causada pelas empresas na parte da fabricação de seus produtos e serviços (Santos; Silva; Souza, 2011).

A contabilidade ambiental segue o mesmo critério da fundamentação contábil, agregando a ele em específico o termo ambiental. Ela é composta por um grupo de contas patrimoniais como o de ativo ambiental, passivo ambiental e as contas de resultado que vão evidenciar as receitas, custos e despesas da empresa (Guimarães, 2012).

O ativo ambiental nas atividades econômicas da entidade deve abranger todos os bens utilizados no processo de recuperação, preservação e controle do meio ambiente (Laurindo, 2014). Ou seja, funciona como um instrumento que estimula iniciativas inovadoras favorecendo a igualdade ambiental (Alves et al., 2017). De acordo com Costa (2012), podemos citar como exemplo de ativo ambiental não circulante os investimentos e intangível. Sendo classificada como investimentos a estratégia de investir em empresas que tenham práticas com compromisso ambiental, e o intangível com os direcionamentos gastos para certificações como 14001 e as SGA, com o objetivo de se beneficiar com exercícios futuros e promover o enaltecimento da imagem da empresa.

O passivo ambiental é a obrigação que a empresa tem com o objetivo de corrigir danos ou impactos adversos causados como consequência de suas atividades de produção, na sociedade e no meio ambiente, e que não puderam ser controladas ao longo dos anos (Leite; Faria, 2011). Podemos citar como exemplo de passivo ambiental os capitais de terceiros, que para Costa (2012), formam as fontes de recursos da entidade. Um capital de terceiros seria o Governo, gerando multas consequentes à violação ambiental, e a sociedade, com o ressarcimento ambiental.

As receitas ambientais resultam principalmente das atividades de prestação de serviços especializados em gestão ambiental. Sendo eles a venda de produtos reciclados, produtos feitos com sobras de insumos da produção, redução no uso de matérias-primas, água e até energia. Contribuindo no faturamento total da empresa devido a sua colaboração junto ao meio ambiente (Tinoco; Davies; Mendes, 2006, 2017, 2017).

Os custos e despesas ambientais são classificados como gastos, podendo ser eles aplicados na produção de forma direta (custo) e indireta (despesa) (Santos et al., 2001). Mas não adianta pôr os custos nas demonstrações contábeis sem a finalidade de conscientização e cuidado que deve manter como o meio ambiente. Além de que, empresas que promovem essas informações de custos nas suas demonstrações possuem níveis superiores de desempenho econômico (Leal et al., 2017).

Tinoco (2006) vai dizer que o balanço ambiental vai demonstrar o conjunto de ativos e passivos da forma mais transparente possível às informações contábeis, econômicas, ambientais e sociais, para que os usuários externos

(empresários) possam tomar suas decisões com base no total entendimento entre seu patrimônio da empresa e sua relação com o meio ambiente. Ou seja, ele servirá como um demonstrativo das atividades da empresa, evidenciando e controlando os ativos ambientais e diminuindo os prejuízos causados nas suas atividades de produção (Davies, 2017).

Para introduzir a contabilidade ambiental nas empresas é ideal que o corpo da empresa (funcionários) passe por uma educação ambiental. A educação ambiental vai nos ensinar a buscar princípios para melhorar a interação entre o meio ambiente e os demais seres vivos que habitam no planeta terra. E para que haja essa mudança dentro das empresas é preciso ser feito um levantamento com estratégias de desenvolvimento envolvendo o ser humano e a natureza, sendo de extrema necessidade a implementação de projetos capazes de mostrar a importância dessas práticas sustentáveis, visando à diminuição dos impactos na produção das atividades desenvolvidas pela empresa em relação ao ecossistema (Becker; Roos, 2012).

A partir dessa definição, entendemos que as gerações atuais buscam estimular artifícios para a conservação de um meio ambiente equilibrado e sustentável (Zanardi, 2010).

3. METODOLOGIA

O procedimento técnico desenvolvido neste trabalho foi as pesquisas bibliográficas. Definição das pesquisas bibliográficas se dá como uma ferramenta essencial para os estudos acadêmicos. Pois através da busca por informações em livros, artigos, teses e outras publicações, são embasados teoricamente o trabalho apresentado, oferecendo referências e fundamentações para respaldar as ideias e argumentos apresentados (Guerra, 2023).

Dessa forma, foi aplicada a abordagem qualitativa com o objetivo de apresentar uma pesquisa descritiva, cuja definição se dá quando o pesquisador relata fatos observados na pesquisa sem interferir no processo. A abordagem qualitativa permitiu um entendimento mais abrangente do objeto de estudo, possibilitando a classificação de padrões e tendências daquele fato, enriquecendo dessa forma o material em questão (Minayo; Guerriero, 2014).

Como instrumento de pesquisa foi utilizado a plataforma do Google Acadêmico, por ter um mecanismo de busca bibliográfico gratuito, especializada na recuperação de documentos científicos em multidisciplinaridade e fontes, de artigos científicos revisados por pares, teses, patentes, livros, resumos, relatórios técnicos etc., constando a identificação das citações que receberam, oportunizando ajudar a conhecer o impacto que as publicações têm (Moisés, 2023).

Foi usado como critérios de inclusão artigos e revistas, em idioma português (que foi considerado de fácil compreensão e por ser língua nativa brasileira). A inclusão obteve-se da plataforma gratuita, como o Google Acadêmico citado acima, pois fica de fácil acesso as informações relevantes para o estudo do material. Valeu-se critérios de exclusão os artigos em inglês, justamente por não ser a língua nativa, artigos e revistas inferiores a 2000, não por estarem totalmente desatualizados, mas atualmente existem artigos sobrepostos mais relevantes.

Utilizado em média 50 artigos e revistas onde foram selecionados os mais significativos. A maioria dos artigos e revistas deu-se em programa PDF e revistas. Montou-se como parâmetro o Google Acadêmico margeado com intervalos de tempos entre 2020 e 2024, pois tem citações recentes a validar o material de pesquisa. Os materiais escolhidos para a pesquisa têm um intervalo

de páginas entre 1 e 25 (não foi utilizado todo material), foi separado e analisado apenas as informações necessárias e pertinentes para agregar ao trabalho.

A pesquisa foi desenvolvida baseada nas palavras chaves: **Meio Ambiente, Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Contabilidade Ambiental.**

Sendo exploradas, as palavras chaves, no período de intervalos entre 2020e 2024, como justificado acima. Foram escolhidos 25 arquivos para elaborar o estudo, arquivos estes que foi previsto como válidos, pois, trata-se do tema em questão, e adequada para a fundamentação, e agregar para o conhecimento. Descartado todos os sites, revistas, teses, PDF's.que tivessem citações inferiores 1990.

Todo o procedimento apresentado na metodologia trata-se como foram obtidas as informações adicionadas na tabela 1 inserida no tópico de resultados. Informações estas que vão direcionar a quais documentos foram usados como base para agregar e solidificar na defesa em relação ao assunto escolhido para este trabalho de conclusão de curso em questão.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Observa-se abaixo a tabela 1 que demonstra os resultados obtidos na pesquisa mediante os critérios de inclusão e exclusão definidos nos processos metodológicos.

Tabela 1 – Resultados obtidos na pesquisa.

ANO	AUTOR	TÍTULO	TIPO DE PESQUISA	NOME DA REVISTA
2024	Miranda, Candido, Jost	Contabilidade Ambiental: Uma análise bibliométrica dos artigos publicados nas bases de dados Web Of Science e Spell	Bibliográfica - Descritiva	URI - Revista Vivências
2024	Martins et al.	Análise da sustentabilidade empresarial sob a perspectiva das pequenas empresas da região Oeste Paulista	Qualitativa - Exploratória	Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Aníio Teixeira
2024	Maciel e Callado	Organização das informações contábeis referente às questões ambientais	Bibliográfica - Qualitativo	Revista Reunir
2024	Taveira e Morais	Gestão Sustentável: Integração de práticas financeiras, ambientais e sociais nas organizações de uma determinada empresa de calçado	Bibliográfica - Qualitativa	Revista Ibero - Americana de Humanidades, Ciências e Educação
2023	Pereira Bilac e Cunha	Contabilidade Ambiental	Descritiva - Estudo de caso - Qualitativa	Revista Multi Debate

2023	Paz et al.	A sustentabilidade e seus efeitos sobre os processos de modernização da escrituração contábil no Brasil	Bibliográfica - Exploratória	Revista de Administração e Contabilidade da Faculdade Anísio Teixeira
2023	Castro et al.	Análise dos relatórios ambientais em empresas emissoras de alto grau de poluição.	Documental	Revista Científica da UniMais
2023	Pozo e Tachizawa	Monitoramento de Custos Socioambientais: Uma proposta de arquitetura de sustentabilidade.	Estudo de caso	Revista Conecta
2023	Cruz et al.	Índice de Sustentabilidade Empresarial: Um estudo nas empresas de Energia Elétrica	Qualitativa - Documental - Descritiva	Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos
2023	Müller, Tessmann	Redefinindo o sucesso: Um estudo perante as boas práticas de sustentabilidade em uma empresa com a certificação do Movimento B	Exploratório - Documental	Revista Eletrônica de Ciências Contábeis
2023	Souza e Faria	O Alcance das Normas Ambientais da Gestão das Empresas	Bibliográfica	Revista Gestão & Tecnologia
2023	Queiroz et al.	Percepção dos Alunos da Área de Gestão Sobre a Relevância da Sustentabilidade Ambiental na Gestão Empresarial. Revista Controladoria e Gestão,	Exploratório - Descritivo	Revista Controladoria e Gestão

2022	Nascimento	Logística reserva e a contabilidade ambiental	Bibliográfica	Reiva Revista
2022	Lima, Melo, Cavalcanti	Relato Integrado e Indicadores GRI: Um enfoque na estrutura e na contabilidade ambiental no terceiro setor	Exploratória	Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação
2022	Progenio et al.	Análise Sistemática Sobre Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre os artigos científicos publicados entre os Anos de 2010 a 2021	Descritiva - Qualitativa	Revista de Ciências Contábeis
2022	Holanda	O decálogo da responsabilidade social empresarial e a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado	Bibliográfico - Descritivo - Analítico	Revistas de Estudos Empíricos em Direito
2021	Pereira e Capellini	Gerenciamento de impressão nos relatórios de sustentabilidade: Uma análise comparativa das gigantes em mineração	Estudo de caso	Revista Conhecimento & Inovação
2021	Silva, Santos, Carvalho	O Grau de Sustentabilidade Ambiental frente ao modelo Sicogea: Um estudo na cooperativa agrícola mista de Tomé-Açu	Estudo de caso - Descritiva - Exploratório	Revista Paraense de Contabilidade

2021	Xiemes e Ferreira	O Efeito das Práticas Ambientalmente Responsáveis Sobre a Agressividade Fiscal: Uma Análise das Empresas Participantes do Índice Carbono Eficiente – ICO2	Descritiva - Quantitativa	Revista Pensar Contábil
2020	Moreira, Brito, Lima	A importância da contabilidade ambiental para empresas	Bibliográfica - Qualitativa	Revista de Administração e Negócios da Amazônia
2020	Paiva e Siqueira	A contabilidade como instrumento de gestão para a sustentabilidade das organizações	Qualitativa - Descritiva	Revista Colóquio: Administração e Ciência
2020	Limas et al.	Um panorama do ensino da disciplina de contabilidade ambiental no curso de ciências contábeis de universidades federais brasileira	Exploratória - Descritiva - Qualitativa	Revista caderno
2020	Pereira e Oliveira	Diagnóstico da sustentabilidade de uma agroindústria localizada na sub-bacia do Rio do Peixe-PB	Bibliográfico - Qualitativo	Revista Interdisciplinar e Meio Ambiente
2020	Santos e Pagnussa	Relação entre acidentes ambientais e o preço das ações: Estudo de caso na Petrobrás S/A.	Estudo de caso	Revista Científica da Ajes
2020	Pinheiro e De Mendonça	Responsabilidade social corporativa e a influência no valor da empresa	Bibliográfico	Revista de Auditoria Governança e Contabilidade (RAGC)

A contabilidade ambiental teve início por volta de 1970, com o aumento da preocupação dos empresários em relação ao meio ambiente. Pois, os problemas ambientais deixam de ser uma responsabilidade localizada e passa a ser de uma preocupação globalizada (Carvalho, 2011; Moreira, Brito e Lima, 2020). Na contabilidade ambiental é onde é feita a contabilização para se ver as vantagens ou desvantagens que o crescimento de um determinado produto ou atividade pode afetar ao meio ambiente. O que alertou para o surgimento da contabilidade ambiental foram os incontáveis problemas com relação ao ecossistema. A partir destas preocupações, contadores e os demais interessados no assunto, passaram a ir a fundo em estudos com o objetivo de criar novas ferramentas que pudessem amenizar problemas causados à natureza (Moreira, Brito e Lima, 2020).

Para algumas empresas, aplicar seus conhecimentos ambientais na prática soa como uma estratégia empresarial, pois terão grandes avanços no mundo dos negócios. Alguns pontos positivos seriam um melhor desempenho ambiental, acompanhamento e controle do fluxo de gastos ambientais e o reconhecimento de seus custos e despesas ambientais (Pereira, Bilac e Nunes, 2023). No cenário referente aos custos, a contabilidade ambiental ajuda a reconhecer os custos ambientais que estejam possivelmente por trás dos custos gerais, encontrando-se também oportunidades de suprir os custos ambientais com os custos consequente de vendas de resíduos consideravelmente úteis (Lopes, 2013; Pereira, Bilac e Nunes, 2023).

De acordo com um estudo de caso realizado pelos autores Pereira, Bilac e Nunes (2023), em relação à procura dos empreendedores referentes ao meio ambiente, é que grande parte deles acabam se interessando pelo assunto não só pela preocupação com o ecossistema em si, mas também preocupações decorrentes a multas ou intimações feitas aos mesmos por irregularidade nas questões ambientais (ações corretivas e não preventiva).

Vale destacar um assunto que vem sendo discutido nos últimos anos, que é a logística reversa. De acordo com a regulamentação da lei 12.305/2010, no Brasil, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), onde considera uma inclusão deste sistema pouco a pouco nos setores empresariais (Nascimento, 2022). A aplicabilidade desta prática se formou através dos questionamentos em relação aos descartes inadequados dos materiais

produzidos (Nascimento, 2022). Com base no conceito de logística reversa definido por Livia et al. (2003), ela considera que é uma área da logística no ramo empresarial que tem cuidado com os aspectos logísticos dos resultados após o ciclo de negócios ou produção de embalagens, adquirindo-lhes valores das demais naturezas, seja ela econômica, ecológica, legal, entre outras. O objetivo final da logística reversa é reaproveitar os materiais e resíduos feitos para que estes não prejudiquem o meio ambiente (Nascimento, 2022).

Seguindo o pensamento de Abdala e Takimura (2012) e Progenio et al. (2022), onde eles dissertam sobre as preocupações das empresas que estão reconsiderando suas táticas de negócios e fazendo com que amenize os riscos ambientais consecutivos de suas atitudes sem esquecer o retorno financeiro. Com isso, ajuda a entender que cuidar do meio ambiente não afetará seus lucros. E colaborando com esse pensamento, a clássica de Ribeiro (1993) e Progenio et al. (2022) afirma que a prevenção ambiental deverá ser o foco de preocupação da contabilidade para a possibilidade do cruzamento com o desenvolvimento sustentável.

A partir de um estudo de caso realizado por Pozo e Tachizawa (2023), onde analisaram 458 empresas, dentre essas sendo 65,7% de indústria, 21,6% de serviço e 12,7% de comércio. Empresas essas que se dispuseram a responder o questionário. Como consequência, conseguiram entender a sustentabilidade das instituições na economia nacional. De início, consideraram fazer uma pesquisa rápida referente a sustentabilidade envolvendo as empresas, os métodos de escolha para as empresas industriais seriam aqueles que modificam os materiais produtivos para mercadoria acabada. Já para as empresas de serviços, foram escolhidas as que prestavam algum tipo de serviço financeiro, e para as de comércios, foram consideradas as do ramo atacadista e varejista. Na pesquisa realizada, foram vistas como essas empresas se comporta em relação a educação, ao meio ambiente, a saúde e as ações comunitárias. Em relação ao meio ambiente, as empresas que se destacaram tendo uma proteção maior, foram as industriais.

A sustentabilidade ambiental é um planejamento com foco no crescimento ao longo dos anos e em atitudes sustentáveis de produção e serviço (Sebrae, 2023). A responsabilidade social corporativa tem demais conceitos, vindo do ponto de vista de cada um. Mas, seguindo a ISO26000, são as responsabilidades

de uma instituição pelos efeitos de suas ações na sociedade e no meio ambiente, por meio de atitudes éticas e claras que atribua para o desenvolvimento sustentável. Com base no crescimento da compreensão da sociedade em torno da responsabilidade social, a Brasil Bolsa Balcão (B3) elaborou, em 2005, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), onde seu objetivo é incentivar as entidades a abordarem ações de melhorias em relação a sustentabilidade e responsabilidade ética nas instituições (Cruz et al., 2023). As empresas que detêm o ISE não tem o lucro apenas pelo crescimento de vendas, suas ações de desenvolvimento sustentável estão envolvidas também na diminuição de desperdícios, que afeta o retorno financeiro, pois assim, haverá a diminuição de custos (Grandi et al., 2020; Cruz et al., 2023).

Uma pesquisa realizada por Cruz et al. (2019; 2023) em relação ao índice de sustentabilidade nas empresas de energia elétrica com o intuito de mostrar as incoerências de natureza ambiental cometida pelas empresas de energia. Analisaram 9 (nove) empresas no ramo elétrico enumerada no ISE em 2017, com o foco principal de identificar o grau de evidenciação ambiental. Verificaram também quais atitudes tomadas, em relação gestão responsável e sustentável se destacavam. Das empresas investigadas, somente a Engie atendia aos quesitos da NORMA T 15:

Quadro 1 - recomendações da NBC T 15

a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;
b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;

g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
h) passivos e contingências ambientais.

A responsabilidade social é vista como estar ligada ao desenvolvimento sustentável, a função das entidades no desenvolvimento sustentável é incontestável (Ometto et al., 2015; Pinheiro 2020). A princípio, a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) está ligada diretamente a serviços filantrópicos, e ao passar dos anos foi se reformando até ser aceita como parte das estratégias empresariais com assuntos como prevenção das florestas e circunstâncias mínimas de trabalho (Lázaro; Gremaud, 2016; Pinheiro e Mendonça 2020). A RSC atualmente é considerada como uma possível fonte de vantagem competitiva e as instituições brasileiras têm abordado atitudes para incluir conceitos referentes ao desenvolvimento sustentável (Barakat et al., 2016; Pinheiro e Mendonça, 2020).

Frisando também a importância do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que é um grupo de processos que tem como objetivo criar ou controlar uma organização com a finalidade de deter o melhor relacionamento com o meio ambiente (Souza e Faria, 2023). É um método formado para orientar as entidades a atingirem seus objetivos econômicos e sociais, com o intuito de balancear a proteção ambiental tal como a prevenção da contaminação motivadas pelas empresas (Costa, 2012; Souza e Faria, 2023).

Queiroz et al. (2023) analisaram a percepção dos alunos da área de gestão referente a relevância da sustentabilidade ambiental na gestão empresarial, onde 48 discentes foram questionados, onde 63,8% são do gênero feminino e 36,2% do gênero masculino, sua faixa etária variando entre 18 a 25 anos tendo uma porcentagem de 48,9%, alunos com 26 a 30 anos com 26,5%, de 31 a 40 anos tendo 17% e entre 41 a 50 anos com 0,85%. Obtiveram como resultados da pesquisa que 72,3% concordam que a sustentabilidade ambiental é uma forma de estratégia que faz uma mudança radical na sobrevivência da empresa visto que 2,1% acreditam que seja indiferente. Uma importância de 51,1% reconhece relativamente que a gestão ambiental tem um dever importante na tomada de decisões e 42,6% acreditam completamente nessa

perspectiva. Essa pesquisa nos ajuda a enxergar como uma amostra de pessoas entende sobre a sustentabilidade.

A sustentabilidade tem conquistado cada vez mais as áreas do conhecimento, ganhando dessa forma alcance em pesquisas de variados temas (Momo; Araujo; Behr, 2018). A definição de Elkington (1990) e Sanchs (2002) dos três pilares do desenvolvimento sustentável ou “Tripé da Sustentabilidade” é o que podemos entender como um conceito necessário, onde eles vão explicar que a fim de que um projeto seja reconhecido como sustentável eles devem atender algumas diretrizes como relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, em outras palavras, ser ecologicamente correto, economicamente viável e socialmente justo. Dessa forma as empresas devem compreender que adotar essas práticas sustentáveis não são apenas por cumprimento de obrigações legais, mas tais práticas e políticas sustentáveis irão garantir a resistência organizacional, além da competitividade da empresa (Prahalad; Rangaswami, 2009).

Para validar o caso de empresas sustentáveis e responsáveis socialmente podemos analisar um estudo de caso, elaborado por Taveira e Moraes (2024), onde utilizaram como referência empresas calçadistas para obter informações sobre o planejamento das práticas sustentáveis. Para Plentz e Tocchetto (2014) as empresas calçadistas procuram mudanças nos seus produtos, melhorando o bem-estar humano e inovando nos investimentos com o meio ambiente. Um exemplo de gestão ambiental é o investimento em programas de reciclagem, praticando atividades organizadas em prol do meio ambiente (Brandão et al., 2020). As empresas, em geral, que tem como pretensão elevar o lucro em seus negócios, devem implementar ações de sustentabilidade socioambiental, com organização e planejamento, além de que a redução dos impactos ambientais traga benefícios a organização e incentive o consumo consciente por meio dos consumidores (Comini et al., 2013).

Foi classificado as ações realizadas por empresas calçadistas e observado uma preocupação com a retenção dos gastos naturais e artificiais. Os autores Jesus et al. (2015); Plentz e Tochetto (2014) vão apresentar preocupações com certos tipos de materiais usados na fabricação dos calçados, como a observação de que os materiais precisam ser renováveis, exemplo a substituição do sintético por couro, pois é mais fácil sua degradação e a

diminuição no uso de produtos químicos tóxicos como tinta e solventes, para causar pouco impacto ao meio ambiente. Diante disso foi observado que a sustentabilidade das empresas calçadistas demonstram ser bastante responsáveis com o meio ambiente e sociedade. Empresas bem-sucedidas são aquelas que integram a missão e valorização dos negócios a sustentabilidade (Tachizawa; Andrade, 2012).

Muito se é falado em como a contabilidade ambiental e suas análises são importantes para a tomada de decisões (Rounagh, 2019), do mesmo jeito que houve um aumento significativo na produção científica do tema contabilidade ambiental, também há uma grande busca por esses artigos publicados. Foi realizada uma pesquisa documental, elaborada por Miranda, Candido e Jost (2024), para responder como se encontra o status que da produção científica sobre a contabilidade ambiental entre os anos de 2018 e 2022, com base nas publicações nas bases Web Of Science e Spell Scientific Periodicals Eletronic Library. A pertinência da contabilidade ambiental é mostrar para a sociedade a relação da empresa com o meio ambiente (Gomes et al., 2020), além de ajudar aos gestores a desenvolverem indicadores para medir o desempenho ambiental (Lisi, 2015).

Foi possível observar que o baixo número de artigos publicados sobre o tema de contabilidade ambiental, no período indicado (2018 a 2022), está vinculado aos desafios que a contabilidade encontra de indicar os benefícios e prejuízos que a industrialização e prestação de serviços podem causar ao meio ambiente. Esse estudo também vai apontar que as empresas, principalmente as de capital aberto, estão divulgando voluntariamente as suas informações sobre questões ambientais (Monteiro; Guzmán, 2010) com o intuito de obter mais transparência sobre seus impactos e benefícios ambientais (Texeira; Ribeiro, 2014).

Levando em consideração a união da contabilidade com os temas de meio ambiente e sustentabilidade, podemos atestar que na contabilidade ambiental é gerado o Relatório de Sustentabilidade, um documento com a função de apresentar informações da empresa interligada a diversas ações no meio social e ambiental diante da sociedade. Documento este não obrigatório, voluntário, busca evidenciar a preocupação das empresas com a sociedade como um todo (Menezes; Ferreira, 2019). Considerada como uma organização pioneira na

criação de diretrizes para publicação de relatórios de sustentabilidade, a GRI (Global Reporting Initiative) tem como objetivo implementar com a mesma precisão analítica e qualitativa os informes econômico-financeiros nos informes econômicos não financeiros.

O Conselho Internacional de Relato Integrado desenvolveu, em 2011, a Estrutura Internacional para Relato Integrado tendo em vista melhorar a condição das informações disponíveis para os parceiros e contribuintes de capital financeiro viabilizando a aplicação do capital de maneira mais eficiente e produtiva. Lima, Melo e Cavalcanti (2022) realizaram uma pesquisa documental onde foi concluído que todas as 30 empresas, que foram levantadas, do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) procuraram estabelecer um ambiente de desenvolvimento sustentável para a sociedade contemporânea e incentivaram a transparência das empresas na divulgação de relatórios de sustentabilidade de acordo com o modelo da GRI às partes interessadas. Tal responsabilidade social foca na estratégia gerencial das empresas para contribuir com o desenvolvimento econômico e mostrar para a sociedade o comprometimento com seus relatórios.

Outra análise que podemos citar como exemplo foi realizado por Pereira e Capellini (2021), tiveram como base para sua análise documental dos relatórios de sustentabilidade duas empresas de mineração, Vale e Samarco, cujo objetivo era o enfoque no processo de prevenção ambiental, usando a teoria de gerenciamento por impressão e tendo como ponto de partida as diretrizes do relatório GRI. Para Mariana et al. (2017), o gerenciamento de impressão se refere a teoria de que os administradores manipulam e direcionam as informações transmitidas aos usuários através dos relatórios divulgados. Dessa forma, por oportunismo dos gerentes, eles podem escolher um estilo de apresentação dos relatórios que seja favorável e beneficie a empresa. É importante ressaltar que o gerenciamento de impressão é diferente do gerenciamento de resultados, enquanto o primeiro irá manipular números, o segundo vai distorcer informações qualitativas e ilustrativas (Beattie; Jones, 2000; Healy; Wahlen, 1999).

Durante a extração de minério pode acontecer problemas ambientais como a contaminação do solo, negligência com resíduos perigosos, perda da biodiversidade e contaminação dos lençóis freáticos. Todas as companhias, hoje

em dia, são obrigadas a seguir regras ambientais de forma que a área afetada pelo problema ambiental volte a sua condição inicial ou próximo ao que era (Rebouças, 1997). No estudo foi observado que há ausência de transparência nas informações referente a coleta de dados, pois não foi fornecida as informações completas, o que leva a entender que em ambas as empresas não tiveram responsabilidade com as diretrizes GRI, perdendo assim, de certa forma, sua credibilidade com os investidores e sociedade. Podemos afirmar, assim, a importância do gerenciamento nos relatórios de sustentabilidade, pois se a empresa omitir ou diminuir a importância na publicação das informações completas, sua transparência com os colaboradores ficará comprometida.

Dando continuidade com o tema da sustentabilidade, podemos apontar outra pesquisa, realizada por Pereira e Oliveira (2020), como exemplo, pois a mesma teve como finalidade constatar a sustentabilidade da agroindústria “Belo Vale”. Após o questionário aplicado na empresa e a análise dos resultados, foi possível verificar que a agroindústria Belo Vale obteve uma porcentagem de 79,92% em relação ao seu nível de sustentabilidade, considerada “adequada” e com boas práticas sustentáveis. Dado esse, obtido pelo método SICOGEA desenvolvido por Pfitscher (2004) a fim de alcançar a melhoria no desempenho ambiental e sustentável das organizações. Observou-se que a contabilidade se faz importante na gestão ambiental da empresa, contribuindo para mitigação de impactos ambientais, gerando benefícios para economia e aumentando as receitas ambientais, além de ser fundamental na busca de práticas sustentáveis dentro da agroindústria.

Seguindo com a questão de estudo de casos ambientais, é importante ressaltar que além dos investidores que estão muito atentos às questões ambientais, sociais e econômicas das organizações, os órgãos reguladores também irão fazer pressão para que as empresas sejam sustentavelmente corretas. Uma vez que ocorrer um acidente ambiental, tais órgãos intensificam sua fiscalização, não só na empresa responsabilizada, mas no setor que desenvolve esse tipo de atividade. Os acidentes ambientais causam impactos significativos no fluxo de caixa da empresa, pois a partir deles há um aumento no custo ambiental para com a sociedade, com o reparo dos danos causados. Tais acidentes também podem afetar na opinião dos investidores, fazendo com

que os mesmos comprem ou vendam suas ações, acarretando a variação do preço das ações no mercado (Araújo; Soares; Abreu, 2018).

Santos e Pagnussat (2020) fizeram uma pesquisa, usando como referência a empresa Petrobrás, com o propósito de avaliar os acidentes ambientais e como eles podem afetar no preço das ações. Podemos verificar com os resultados que em 2010 houve 57 vazamentos, mas que isso não causou uma variação significativa no preço das ações devido a um projeto ambiental implantado em 2012, Plano Vazamento Zero, que teve bastante êxito comparando os números de vazamentos cúbicos que eram de 668 em 2012 e passou para 18,47 em 2018, ou seja, uma grande diminuição no decorrer dos anos. Porém em 2012, também houve um registro de acidente ambiental envolvendo a empresa Transpetro na região de Tramandaí (RS), caso esse que teve grande repercussão, provocando em 2013 queda nas ações de 18,2% e 12,5%, respectivamente.

Outro assunto em destaque é a agressividade fiscal (Hanlon; Heitzman, 2010), que se define pela diminuição da renda fiscal, ou custo com impostos, através de estratégias de gestão no planejamento tributário (Chen et al., 2010). Pesquisas anteriores apontam que organizações pertencentes ao Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) são menos agressivas fiscalmente comparadas as demais organizações não pertencentes ao índice (Martinez; Ramalho, 2017). Interligado ao tema de fiscalização e meio ambiente podemos afirmar que as empresas com seus processos de industrialização causam grandes impactos ao meio ambiente devido a emissão dos gases de efeito estufa (GEE), o que é o principal responsável pelo aquecimento global (Andrade; Consenza e Rosa, 2013).

O estudo de caso foi realizado por Ximenes e Ferreira (2021) com o propósito de responder o questionamento de as empresas ambientalmente responsáveis são menos agressivas fiscalmente quando comparadas com as demais empresas. Foram utilizadas como base da pesquisa empresas listadas na Bolsa de Valores de São Paulo, que participam do Índice Carbono Eficiente (ICO2), entre os anos de 2010 a 2015, e chegaram ao resultado de que as empresas ambientalmente responsáveis são menos agressivas tributariamente do que as demais empresas. Foi confirmado que as empresas que focam nas atividades voltadas para a dimensão social da RSE (Responsabilidade Social

Empresarial) terão menores níveis de agressividade fiscal. De modo igual que as empresas que focam nas atividades voltadas para a dimensão econômica da RSE, terão maiores níveis de agressividade fiscal (Laguir; Stagliano; Elbaz, 2015).

Para Calijuri (2009) a razão do planejamento tributário não deve ser apenas pela minimização dos tributos, mas também ser implementado com o objetivo de gerar lucros, além, e principalmente uma forma de potencializar o valor da empresa. Os impostos pagos pelas empresas são considerados custos significativos, por isso muitas vezes os acionistas preferem que os gestores adotem uma política agressiva fiscal, pois sua finalidade é a redução fiscal (Chen et al., 2010). De acordo com Lanis e Richardson (2012), a política de agressividade fiscal vai englobar todas as atividades de planejamento tributário, seja lícito ou ilícito, trazendo dessa forma reflexos positivos, como a maximização do seu fluxo de caixa, mas, também, reflexos negativos, como a atenção das autoridades fiscais para a empresa, ficando assim vulnerável a penalidades o que enfraquecerá seu fluxo de caixa, consequentemente (Hanlon; Heitzman, 2010).

A implementação de políticas ambientais vai deixar claro o comprometimento da organização para atender demandas legais, além de prevenir acidentes ambientais como a poluição e degradação do ambiente, assim como a responsabilidade com os aperfeiçoamentos contínuos (Assumpção, 2007). As políticas ambientais têm como objetivo aplicar normas e legislação, além de fiscalização constante, para que possam ser punidos os agentes poluidores (Braga, 2014). Para auxiliar as empresas com a manutenção e melhoria da sua gestão ambiental, temos a ISO 14004, que auxilia em melhores resultados na sua política sustentável (ISO, 2016). Para promover a expansão socioambiental ligada as práticas responsáveis e transparentes para com a sociedade, temos o Movimento B (Groppa; Sluga, 2015), que vai propor mudanças na forma da gestão das organizações, ou seja, precisarão se adaptar a uma perspectiva de multi-stakeholders (Rodrigues, 2016).

O Movimento B foi criado por Jay Coen Gilbert, Bar Houlahan e Andrew Kassov, uma organização sem fins lucrativos com o propósito de resolver os problemas socioambientais valendo-se dos modelos e das forças dos negócios (Rodrigues, 2016). Atualmente, o movimento melhora o sistema econômico das

empresas, transformando e beneficiando organizações e sociedades, que cumprem com o propósito B, sempre com transparência, responsabilidade ambiental e com um elevado padrão de desempenho (B Corporation, 2022). Para adquirir o Certificado B, é preciso passar por um sistema de avaliação de impacto (avaliação de BIA) cuja ferramenta irá medir o impacto que as empresas causam no meio ambiental, social e governamental (Impact Assessment, 2022), podendo comparar, avaliar e melhorar seus processos.

Na pesquisa documental realizada por Müller e Tessmann (2023), da Empresa Y, vão comprovar que para essa empresa conseguir o Certificado B Corp do Movimento B foi preciso aderir ao desenvolvimento socioambiental. O Certificado B lhe trouxe como benefícios um posicionamento de destaque no mercado, o que fez com que tivesse uma boa visibilidade, proporcionando um aumento de receitas. É notório que sistemas como o Movimento B modificam o progresso das empresas, pois ele as faz expandir em padrões e condutas de responsabilidade ambiental, o que vai chamar atenção dos stakeholders, a divulgação de práticas e ações com capacidade produtiva de propagar um impacto positivo na sociedade e meio ambiente.

Visto que, O crescimento contínuo da população mundial está intimamente relacionado à incessante procura por novos recursos, gerando novas explorações que acentuam o impacto sobre os nossos recursos naturais, sobrecarregando, dessa forma, o nosso planeta (Iaquinto, 2011).

No século XXI, um negócio sustentável transcende as abordagens convencionais de gestão, favorecendo a harmonia e a cooperação em vez da manipulação e do conflito entre diferentes agentes sociais (Aligleri et al., 2009). Ressalta Canotilho (2010), que as alterações na Constituição Brasileira de 1998 consagram a proteção ambiental como uma peça essencial para o Estado. Por sua vez, Ingo Wolfgang Sarlet, que foi sancionado em 1988, menciona que a Constituição de 1988 instaurou um "autêntico Estado Socioambiental e Democrático de Direito" (Sarlet, 2015)

Segundo Ribeiro (2010), a responsabilidade social inclui entender os desejos da sociedade em constante mudança. A responsabilidade socioambiental é definida como uma prática lucrativa que protege o meio ambiente e promove o bem-estar das comunidades. Conforme Aligleri et

al. (2009), organizações demonstram compromisso ao considerar impacto financeiro, social e ambiental em suas decisões e ações.

Há uma procura incessante por uma estruturação das informações relacionadas às operações de uma entidade, particularmente por parte das entidades reguladoras, que estão constantemente em busca de uniformizações para facilitar a interpretação das informações contábeis das companhias. Isso tem como objetivo reconhecer acontecimentos anteriores e apoiar na tomada de decisões futuras (Hidalgo et al, 2018). No que diz respeito às informações ambientais, a situação é semelhante; várias entidades estão empenhadas em estabelecer padrões para facilitar a compreensão do público interessado.

Conforme argumenta Floriano (2007), "a durabilidade de uma empresa está intrinsecamente ligada à sustentabilidade e ao progresso equilibrado de todas as suas partes." Portanto, o foco não se limita unicamente ao lucro. A expectativa da sociedade quanto ao desempenho empresarial em relação aos benefícios sociais e ambientais cria novas metas a serem perseguidas. A preocupação das empresas com questões ambientais é fundamental para sua competitividade no mercado, uma vez que aquelas que ignoram a responsabilidade socioambiental correm o risco de perder espaço ou mesmo sair do mercado.

Segundo Paiva (2003), existem várias características que devem ser incorporadas nas informações contábeis produzidas pela contabilidade, tais como relevância, confiabilidade e comparabilidade. Lee e Hutchison (2005), adicionam que as questões contábeis relacionadas ao meio ambiente estão se tornando cada vez mais importantes para uma variedade de partes interessadas e os contabilistas precisam entender a crescente necessidade de divulgação rápida de informações confiáveis.

Os dados provenientes dos relatórios ambientais possuem o propósito de disponibilizar informações acerca do desempenho da empresa a todas as partes interessadas, permitindo-lhes compreender o impacto exercido pela organização sobre o meio ambiente e as medidas adotadas para sua reparação (Tinoco e Kraemer, 2008). Os custos ambientais abrangem todos os custos ligados direta ou indiretamente ao ambiente, independentemente se relacionados à proteção, neutralização, depreciação ou esgotamento de ativos ambientais (Ribeiro, 2010).

Na perspectiva empresarial, os custos ambientais dizem respeito à habilidade da empresa em atender às obrigações de proteção ambiental e adotar as ações adequadas (Jing & Songqing, 2011). A gestão de custos ambientais é aperfeiçoada com base nos princípios do desenvolvimento sustentável, criando e aplicando novos métodos de administração com o intuito de alcançar metas e objetivos ambientais (Taygashinova & Akhmetova, 2019).

Por meio de pressões sociais e exigências legais, as organizações estão buscando inovações, tanto em tecnologia quanto em métodos que sejam menos poluentes ou prejudiciais ao seu entorno. Entretanto, muitas vezes elas enfrentam dificuldades em criar uma "troca" equilibrada entre o crescimento econômico das empresas e a preservação ambiental. Essa dificuldade pode estar relacionada ao tipo de produto ou serviço que oferecem, assim como ao processo produtivo adotado. Como consequência, isso pode levar à inviabilidade da área para qualquer outra atividade econômica e à impossibilidade de restaurar ecologicamente o ambiente deteriorado (Carvalho, 2021).

A questão levantada em uma pesquisa de caso é: Qual é o grau de sustentabilidade da Cooperativa Agrícola Mista Tomé-Açu - ZM, após a adoção parcial do modelo SICOGEA (Sistema de Contabilidade de Gestão Ambiental)?

A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu implementou o SAFTA (Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu) como uma prática essencial para o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. A melhoria do sistema foi baseada em experiências em ambientes rurais e de mata nativa. Espécies de árvores nativas da Amazônia foram introduzidas para enriquecer o sistema com culturas perenes, otimizando o uso da terra antes, durante e após os ciclos de plantio (Konagano, 2014). O método foi distribuído pelos cooperados da cooperativa analisada por meio de uma prática agrícola estratégica que visa cultivar diferentes culturas no mesmo terreno para otimizar os recursos individuais de cada cultura para o fluxo contínuo de produção, com o objetivo de minimizar a degradação ambiental causada pela área de produção. A CAMTA, Cooperativa Mista Agrícola Tomé-Açu, lidera atualmente na promoção do sistema agroflorestal Tomé-Açu (SAFTA) entre seus associados e agricultores familiares locais, bem como em outros estados, com impacto significativo na economia da região do Vale do Acaraú (Carvalho et al., 2021).

Os benefícios deste modelo compreendem a mitigação da degradação ambiental resultante das práticas agrícolas, a geração de renda contínua decorrente da diversidade de culturas em distintos períodos sazonais, juntamente com o estímulo ao emprego e ao sustento das famílias locais. O ambiente rural da localidade de Tomé-Açu foi igualmente modificado; anteriormente dominado por extensas plantações de pimenta-do-reino, agora se destacam extensas áreas de cultivo agroflorestal (Konagano, 2014).

Segundo Pfitsher (2004), a performance da empresa é medida através do índice de sustentabilidade da lista de verificação aplicada ao estudo. A fórmula usada para calcular o resultado foi: Sustentabilidade igual Total de respostas “A” (Adequado) multiplicando por 100% dividido pelo Total de questões aplicadas menos o Total de questões “NA” (Não Adequada).

Em resumo, os resultados alcançados pela fórmula são categorizados da seguinte forma após a realização do cálculo: após avaliação do desempenho em cada critério empregado e do desempenho geral da entidade analisada. Segundo Pfitsher (2004), a classificação é baseada em três critérios: “Deficiente” quando o resultado é inferior a 50%, “Regular” entre 51% e 70% e “Adequado” entre 71% e 100%.

Para alcançar os resultados, foi adotada uma lista de verificação que se baseia parcialmente no modelo SICOGEA, desenvolvido por Pfitsher (2004). O intuito é organizar as informações disponibilizadas pelos setores contábil e ambiental da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, visando assegurar uma avaliação precisa. Essa lista foi modificada para incluir um total de 88 questões, possibilitando a análise do nível de sustentabilidade da cooperativa em questão. A avaliação da sustentabilidade é realizada de maneira global e em conformidade com os seguintes critérios: Fornecedores, Processos de Produção e Serviço, Indicadores Financeiros e Indicadores de Gestão (Carvalho et al., 2021).

Por meio da utilização da lista de verificação adaptada por Pfitsher (2004), foi calculada a fórmula para avaliar o nível de sustentabilidade da cooperativa, que resultou em uma taxa global de 54,55%. Esse resultado revela um nível de sustentabilidade considerado como regular. De acordo com o modelo SICOGEA, tal taxa é classificada como um desempenho intermediário entre as três categorias possíveis após a avaliação: deficitário (D), regular (R) e adequado

(A). Dessa forma, caso o resultado fosse deficitário, existiria um risco e potencial de danos ao meio ambiente. Contudo, a cooperativa obteve um desempenho médio que está em conformidade com as legislações vigentes.

Souza et al. (2013) analisaram a implementação parcial do modelo SICOGEA em Produtos Alimentícios Pantera e encontraram resultados semelhantes a este estudo de caso, a organização apresentou índice de sustentabilidade global de 61,81%, classificado como regular com base na avaliação de desempenho sustentável. Além disso, a empresa demonstrou preocupação com o cumprimento da legislação ambiental.

Pfitsher (2004) apresenta resultados que divergem da realidade observada neste estudo de caso, uma lista de verificação foi empregada para avaliar o nível de sustentabilidade em uma companhia de processamento de arroz. De acordo com a fórmula que avalia o grau de sustentabilidade, a companhia alcançou uma pontuação de 70,78%, o que a qualifica como apropriada de acordo com o desempenho do modelo SICOGEA. A avaliação indicou que a companhia em questão apresenta um desempenho médio no que diz respeito à sustentabilidade, uma vez que segue as leis em vigor e exibe uma administração que se preocupa com questões ambientais e com a redução de danos ao meio ambiente.

A tabela 2 a seguir disponibiliza uma comparação entre os resultados de sustentabilidade global e a classificação de desempenho ambiental, obtidos por meio de estudo de caso, e os resultados apresentados por outros dois autores que aplicaram o modelo SICOGEA em suas investigações: (Fadel, Santos e Souza, 2013) e (Pfitsher, 2004):

Tabela2 - Resultados de artigos anteriores para comparação.

RESULTADOS OBTIDOS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO DO MODELO SICOGEA			
AUTOR	ANO DE APLICAÇÃO DO ESTUDO	ENTIDADE ANALISADA	GRAU DE SUSTENTABILIDADE GLOBAL OBTIDO
PFITSCHER, Elisete Dahmer	2004	Empresa Nardelli	70,78% (Adequado)
FADEL, Ana Maria Ribeiro Abe. SANTOS, Ticiane Lima. SOUZA, Ana Maria Ribeiro Abe.	2013	Produtos Alimentícios Pantera Ltda.	61,81% (Regular)
SILVA, Wilton Rafael de Souza.	2019	Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu	54,55% (Regular)

A análise dos resultados da aplicação do modelo SICOGEA em três entidades mostra que a Empresa Nardelli possui um nível adequado de sustentabilidade global (Pfitsher, 2004), mas seu desempenho ambiental é considerado médio, está apenas 0,78% acima do limite de adequação de acordo com o modelo. Produtos Alimentícios Pantera LTDA tem um grau de sustentabilidade global de 61,81%, considerado regular, com gestão atenta às questões ambientais, mas podendo melhorar na redução de impactos ambientais. A Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu também tem um grau de sustentabilidade global regular, com 54,55%, mas próximo do valor base para ser considerada deficitária. A cooperativa apresenta baixo índice na adequação do setor contábil de produção e falta de investimentos para diminuir impactos ambientais (Carvalho et al., 2021).

A gestão sustentável de uma organização está alicerçada no conceito de "Triple BottomLine" que significa "Tríplice Resultado Final". Conforme ilustrado na Figura 2, o pilar da sustentabilidade é constituído por três dimensões: pessoas, planeta e lucro (Elkington, 2011), onde as novas concepções do "Triple BottomLine" é o ESG.

A abreviação ESG, que se refere a questões ambientais, sociais e de governança, tornou-se amplamente reconhecida a partir da publicação do relatório "Who Cares Wins" em 2004. Essa colaboração entre a Organização das Nações Unidas (ONU) e instituições financeiras levou ao desenvolvimento de diretrizes e recomendações, com o objetivo de aprimorar a inclusão e o debate

sobre aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa na gestão de ativos, serviços financeiros e áreas relacionadas. (Freitas et al, 2023).

As metas deste encontro internacional abrangeram a criação de mercados financeiros mais sólidos e sustentáveis, o apoio ao desenvolvimento sustentável, a promoção da conscientização e do entendimento mútuo entre todos os participantes, além da consideração de uma alternativa que estimule as instituições financeiras a fortalecerem a confiança entre si (Calderan et al, 2021).

Figura 2 – Tripé da sustentabilidade



Fonte: Logística Reversa (2015)

Segundo Siqueira (2021), o tripé da sustentabilidade é crucial para uma gestão empresarial eficaz, considerando os pilares social (relacionado a pessoas e indicadores de educação e saúde), ambiental (recursos naturais como ar, água e energia) e econômico (métricas como receita, despesas e impostos). É importante levar em conta os três pilares para garantir a sustentabilidade.

De acordo com Santos, Silva e Caetano (2019), uma empresa precisa considerar a conservação de todos os níveis de recursos para ter uma forte sustentabilidade. Observaram que algumas empresas consolidadas no mercado

local, com mais de uma década de experiência, carecem de práticas de negócios responsáveis e se recusam a fazer mudanças voluntárias.

Ferreira et al (2022) enfatizam a relevância da sustentabilidade nas organizações por meio da perspectiva baseada em recursos naturais (NRVB), enfatizando a prevenção da poluição, administração de produtos e crescimento sustentável, aplicação dessas táticas leva a um desempenho financeiro superior.

Retornando ao princípio, a contabilidade ambiental é de grande importância, pois procura assegurar o equilíbrio entre o crescimento econômico de seus serviços e o aproveitamento dos recursos do meio ambiente (Moreira; Brito; Lima, 2020). Com isso, os conhecimentos gerados pela contabilidade ambiental atribuem dados relevantes ao público interno e externo em relação a como o seu patrimônio ambiental vem tendo alterações com a ligação da empresa com o meio ambiente (Leite; Gravina; Santos, 2021). Sua principal função é apresentar os dados para auxiliar os responsáveis na administração empresarial em relação ao meio ambiente (Kraemer; Behling; Rebelo & Goede, 2013; Condé; Santos, 2022).

5. CONCLUSÃO

Dessa maneira, nota-se que a contabilidade ambiental é de grande importância para se ter uma responsabilidade com o meio ambiente, levando em consideração que a partir desta, as entidades não deixam de ter lucratividade. Preservando o meio ambiente, as empresas só têm a ganhar pois será um método de alavancagem em seus negócios. Sendo assim, colocar em prática a contabilidade ambiental gera diversos benefícios para as empresas e em contrapartida também para o meio ambiente.

Se referindo um pouco em relação aos custos a partir da integração da contabilidade ambiental, as empresas terão um norte de como irão agir diante de tais situações, vendo assim, onde estão sendo desperdícios, e se houver a possibilidade, transformá-los em materiais de retorno financeiro. Alterando de alguma forma o seu descarte e reformando-os.

Destarte, recomenda-se novas pesquisas relacionadas ao tema em questão. Levando em conta que ao passar dos anos, novas estratégias são consideradas e novos métodos de crescimento, em relação a sustentabilidade, são descobertos. Incentivando assim o interesse das empresas para a preservação com o meio ambiente.

6. REFERÊNCIAS

- ANZILAGO, Marcielle; FLACH, Leonardo; LUNKES, Rogério João. **Efeitos da responsabilidade social corporativa no desempenho financeiro das empresas listadas no ISE**. Revista Universo Contábil, v. 16, n. 4, p. 140-158, 2020.
- BASSO, C.; COPPI, U. J.; SOUZA, R. J. **Contabilidade gerencial**. Curitiba: Juruá, 2010.
- BRANDÃO, Alana Sales et al. **Importância da contabilidade ambiental nas organizações**. RAUnP-Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar, v. 12, n. 1, p. 47-60, 2020.
- CAMPOS, Luana Rissini. **Sustentabilidade: a (in) definição do conceito legal e os incentivos fiscais-ambientais**. Lajeado, dezembro de, 2016.
- CASTRO, Débora Braziel et al. **ANÁLISE DOS RELATÓRIOS AMBIENTAIS EM EMPRESAS EMISSORAS DE ALTO GRAU DE POLUIÇÃO**. Revista Científica da UniMais, v. 21, n. 2, p. 49-63, 2023.
- CHIUSOLI, Claudio et al. **A VISÃO DO COLABORADOR QUANTO À IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA GESTÃO EMPRESARIAL**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 4, n. 1, 2024.
- CHIUSOLI, Claudio et al. **A VISÃO DO COLABORADOR QUANTO À IMPORTÂNCIA DA RESPONSABILIDADE SOCIAL NA GESTÃO EMPRESARIAL**. Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v. 4, n. 1, 2024.
- CONDÉ, Jackelin Dias; DOS SANTOS, Celia Maria Lima; CONDÉ, Tiago Monteiro. **A Contabilidade ambiental no aproveitamento de resíduos madeireiros em Rorainópolis, sul de Roraima**. REUNIR Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade, v. 12, n. 1, p. 62-74, 2022.
- COSTA, Ricardo et al. **Marketing verde—A importância do consumo sustentável para as empresas**. Research, Society and Development, v. 10, n. 7, p. e26310716812-e26310716812, 2021.
- CRUZ, Vera Lúcia et al. **Índice de sustentabilidade empresarial: um estudo nas empresas de energia elétrica**. Redeca, Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos, v. 10, p. e60125-e60125, 2023.

DA SILVA MOREIRA, Rafael; DE BRITO, Elói Jesus; LIMA, Renato Abreu. **A importância da contabilidade ambiental para as empresas.** *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 12, n. 1, p. 60-77, 2020.

DA SILVA MOREIRA, Rafael; DE BRITO, Elói Jesus; LIMA, Renato Abreu. **A importância da contabilidade ambiental para as empresas.** *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 12, n. 1, p. 60-77, 2020.

DA SILVA MOREIRA, Rafael; DE BRITO, Elói Jesus; LIMA, Renato Abreu. **A importância da contabilidade ambiental para as empresas.** *Revista de Administração e Negócios da Amazônia*, v. 12, n. 1, p. 60-77, 2020.

DA SILVA PAIVA, Francisco Cleiton; SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. **A CONTABILIDADE COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO PARA A SUSTENTABILIDADE DAS ORGANIZAÇÕES.** *REVISTA COLÓQUIO-ADMINISTRAÇÃO & CIÊNCIA*, v. 1, n. 01, p. 21-21, 2020.

DE BARROS LIMA, Erberth; DE MELO, Daniele de Castro Pessoa; DE SOUZA CAVALCANTI, Danilo Emídio. **Relato integrado e indicadores gri: um enfoque na estrutura e na contabilidade ambiental no terceiro setor.** *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 8, n. 4, p. 120-142, 2022.

DE CARLI, Ana Alice; COSTA, Leonardo De Andrade. **Sustentabilidade ambiental: parâmetro necessário à atividade econômica e requisito essencial à concessão de benefícios fiscais.** *Revista Quaestio Iuris*, v. 9, n. 2, p. 843-860, 2016.

DE LUNETTA, Avaetê; GUERRA, Rodrigues. **METODOLOGIAS E CLASSIFICAÇÃO DAS PESQUISAS CIENTÍFICAS.** *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218*, v. 5, n. 8, p. e585584-e585584, 2024.

DE MIRANDA, Ronaldo Leão; CANDIDO, Wanderson Henrique Previatelli; JOST, Janine Patricia. **CONTABILIDADE AMBIENTAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NAS BASES DE DADOS WEB OF SCIENCE E SPELL.** *Vivências*, v. 20, n. 41, p. 45-66, 2024.

DE QUEIROZ, Alexandre Cássio et al. **Percepção dos Alunos da Área de Gestão Sobre a Relevância da Sustentabilidade Ambiental na Gestão Empresarial.** *Revista Controladoria e Gestão*, v. 4, n. 2, p. 952-965, 2023.

DE SOUZA SILVA, Wilton Rafael; DOS SANTOS, Ticiane Lima; DE LIMA CARVALHO, Josué. **O GRAU DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL FRENTE**

AO MODELO SICOGA: UM ESTUDO NA COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU. Revista Paraense de Contabilidade, v. 6, n. 1, p. 74-93, 2021.

DE SOUZA, Edimilson; DE FARIA, Kamila Cristina Silva. **O ALCANCE DAS NORMAS AMBIENTAIS NA GESTÃO DAS EMPRESAS.** Revista Gestão & Tecnologia, v. 2, n. 37, p. 59-70, 2023.

DO NASCIMENTO CULTRI, Camila. **Responsabilidade social no contexto de desenvolvimento local:** um estudo no arranjo produtivo local de equipamentos médicos e hospitalares de Ribeirão Preto–SP. HOLOS, v. 2, p. 1-16, 2020.

DO NASCIMENTO PAZ, Aline Cristina et al. **A sustentabilidade e seus efeitos sobre os processos de modernização da escrituração contábil no Brasil.** Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 15, n. E, 2024.

DOS SANTOS, Luiza Kunzler; PAGNUSSAT, Antonielle. **RELAÇÃO ENTRE ACIDENTES AMBIENTAIS E O PREÇO DAS AÇÕES:** Estudo de caso na Petrobrás S/A. Revista Científica da Ajes, v. 9, n. 18, 2020.

FREITAS, Adriano Evangelista et al. **ESG: OS DESAFIOS DE UMA GESTÃO SUSTENTÁVEL.** REVISTA FOCO, v. 16, n. 02, p. e1119-e1119, 2023.

HOLANDA, Marcus Mauricius. **O decálogo da responsabilidade social empresarial e a promoção de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.** Revista de Estudos Empíricos em Direito, v. 9, p. 1-35, 2022.

KASPER, Lidiane et al. **Responsabilidade social corporativa no ramo da agricultura sustentável.** Navus-Revista de Gestão e Tecnologia, v. 13, p. 1-18, 2023.

KOPROWSKI, Sirlene et al. **Cultura nacional e responsabilidade social corporativa.** Revista Brasileira de Gestão de Negócios, v. 23, p. 488-502, 2021.

LEITE, Eduardo Dias; GRAVINA, Debora Nunes; DOS SANTOS, Sergio Reis Ferreira. **A Importância do Papel da Contabilidade Ambiental: Caso CEMIG.** RACE-Revista de Administração do Cesmac, v. 9, p. 28-43, 2021.

MACIEL, E. T. P.; CALLADO, A. A. C. **Organização das informações contábeis referente às questões ambientais: uma abordagem qualitativa.** In: Anais... Congresso USP de Controladoria e Contabilidade. 2019.

MARTINS, Geovana Benvenuto et al. **Análise da sustentabilidade empresarial sob a perspectiva das pequenas empresas da região Oeste Paulista.** Revista de Administração e Contabilidade da FAT, v. 16, 2024.

MATIAS, Guilherme Primo; FARAGO, Fabio Emanuel. **Responsabilidade social corporativa e desempenho financeiro**: uma revisão sistemática da literatura internacional. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, v. 13, n. 1, p. 112-128, 2021.

MÜLLER, Tiele Roseli; DOS SANTOS TESSMANN, Letícia Goulart. **REDEFININDO O SUCESSO: UM ESTUDO PERANTE AS BOAS PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE EM UMA EMPRESA COM A CERTIFICAÇÃO DO MOVIMENTO B**. *Revista Eletrônica de Ciências Contábeis*, v. 12, n. 1, p. 137-163, 2023.

NASCIMENTO, Natalia Oliveira. **Logística Reversa e a contabilidade ambiental**. *Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-REIVA*, v. 5, n. 02, p. 08-08, 2022.

NEVES, Livia Ferreira; DE BENEDICTO, Samuel Carvalho. **Responsabilidade social corporativa**: histórico, definições e aplicação de diagnóstico. Editora Dialética, 2022

PEREIRA, Aline Zaneli; DE ALMEIDA CAPELLINI, Gustavo. **Gerenciamento de impressão nos relatórios de sustentabilidade: Uma análise comparativa das gigantes em mineração**. *Revista Conhecimento & Inovação*, v. 2, n. 01, 2021.

PEREIRA, Jamilton Costa; OLIVERA, Marcos Macri. **Diagnóstico da sustentabilidade de uma agroindústria localizada na sub-bacia do Rio do Peixe-PB**. *REVISTA INTERDISCIPLINAR E DO MEIO AMBIENTE (RIMA)*, v. 2, n. 1, p. e71-e71, 2020.

PEREIRA, YAGO NUNES PEREIRA NUNES; BILAC, DORIANE BRAGA NUNES; CUNHA, CARLOS ALEXANDRE. **CONTABILIDADE AMBIENTAL**. *Multidebates*, v. 7, n. 4, p. 125-131, 2023.

PINHEIRO, Raul Gomes; DE MENDONÇA, Natacha. **RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA E A INFLUÊNCIA NO VALOR DA EMPRESA**. *RAGC*, v. 8, n. 32, 2020.

PIRES, Mirian Albert; COSTA, Fábio Moraes da; HAHN, Aucilene Vasconcelos. **Atendimento das necessidades de informação para a tomada de decisão em pequenas e médias empresas**: análise crítica das informações geradas pela contabilidade frente aos seus objetivos–pesquisa exploratória no setor de confecções da Glória-ES. *Simpósio Fucape De Produção Científica*, v. 2, 2004.

POZO, Roselaine Aparecida de Faria Teodoro; TACHIZAWA, Takeshy. **Monitoramento de custos socioambientais: uma proposta de arquitetura de sustentabilidade**. *Revista Conecta*, v. 6, n. 3, p. 49-72, 2023.

PROGENIO, Edna et al. **Análise Sistemática Sobre Contabilidade Ambiental: Um estudo sobre os artigos científicos publicados entre os Anos de 2010 a 2021**. *Revista de Ciências Contábeis| RCiC-UFMT|*, v. 13, n. 25, 2022.

PRUDÊNCIO, Priscila et al. **Efeito da diversidade do conselho de administração e da diretoria executiva na responsabilidade social corporativa**. *BBR. Brazilian Business Review*, v. 18, p. 118-139, 2021.

RAMOS, Ramos Hilario; MAZALO, João Viriato. **METODOLOGIAS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA: passos para elaboração de artigos científicos**. *Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, v. 6, n. 2, p. 137-155, 2024.

RIBEIRO, Silvio Paula et al. **Um panorama do ensino da disciplina de contabilidade ambiental no curso de ciências contábeis de universidades federais brasileiras**. *Caderno de Administração*, v. 14, n. 2, p. 1-22, 2020.

RIBEIRO, Simone Pereira et al. **Desafios e perspectivas da legislação tributária na promoção da responsabilidade ambiental no Brasil: incentivos fiscais como ferramenta de estímulo**. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, v. 7, n. 14, p. e141062-e141062, 2024.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. **Contabilidade ambiental: um estudo sobre sua aplicabilidade em empresas brasileiras**. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 12, p. 89-99, 2001.

SANTOS, Francisca Jessica Silva et al. **Responsabilidade social empresarial**. 2022.

SCHNELL, Maico. **Contabilidade Ambiental**. *Revista Gestão & Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, p. 59-70, 2019.

SEBRAE, 2023. **O que é sustentabilidade empresarial?** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-sustentabilidade-empresarial,3062188fb2c67810VgnVCM1000001b00320aRCRD>

SILVA, Bruna Aparecida da; SILVA, Danilo Coutinho da; SILVA, Jaqueline Andrade da. **Contabilidade ambiental**. 2016.

SILVA, Carlos Henrique Felício da et al. **A importância da responsabilidade social para as organizações**. 2022.

SILVA, Simone Zuconelli; BORTOLUZZI, Franciane; BERTOLINI, GeyslerRogis Flor. **Gestão ambiental e viabilidade para obtenção de certificação ambiental**. Revista de administração Imed, v. 7, n. 1, p. 3-29, 2017.

SOSCHINSKI, Caroline Keidann; BRANDT, Elisane; KLANN, Roberto Carlos. **Internacionalização e práticas de responsabilidade social corporativa em empresas brasileiras**. Advances In ScientificAndAppliedAccounting, v. 12, n. 1, p. 47-64, 2019.

TAVARES, Bruno de Sousa Carvalho; DOS SANTOS GUEDES, Érica. **A Importância do Sistema de Gestão Ambiental: para Pequenas Empresas**. Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem, v. 6, p. 270-281, 2023.

TAVEIRA, Franciana Costa; DE MORAIS, Hugo Azevedo Rangel. **GESTÃO SUSTENTÁVEL: INTEGRAÇÃO DE PRÁTICAS FINANCEIRAS, AMBIENTAIS E SOCIAIS NAS ORGANIZAÇÕES DE UMA DETERMINADA EMPRESA DE CALÇADOS**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 10, n. 7, p. 758-772, 2024.

TONOLLI, Barbara Beirão; ROVER, Suliani; FERREIRA, DenizeDemarcheMinatti. **Influência dos investimentos ambientais e dos indicadores econômico-financeiros na seleção de empresas para compor o Índice De Sustentabilidade Empresarial (ISE)**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, v. 16, n. 48, 2017.

XIMENES, Fernanda Keila Amaral Aguiar; FERREIRA, Felipe Ramos. **O efeito das práticas ambientalmente responsáveis sobre a agressividade fiscal: Uma análise das empresas participantes do Índice Carbono Eficiente-ICO2**. Pensar Contábil, v. 22, n. 79, 2021.